



Deputada garante apoio ao projeto das mulheres vigilantes



Ao centro deputada Stela Farias (PT-RS), com dirigentes Sindivigilantes do Sul, Mariza e Rosane

Em reunião na manhã dessa quinta-feira (8), na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a deputada Stela Farias (PT) assegurou o seu “total apoio” ao projeto 213/2016, que destina 20% das vagas para mulheres vigilantes, no mínimo, nos contratos das empresas do setor com órgãos públicos dos três poderes do Estado.

Ela recebeu em seu gabinete a secretária para Assuntos das Mulheres do Sindivigilantes do Sul, Mariza Abrão.

No encontro, a dirigente do Sindivigilantes do Sul explicou à deputada que as vigilantes ocupam menos de 2% das vagas do mercado de trabalho na vigilância privada e, no entanto, passam pela mesma qualificação dos vigilantes homens, com curso específico e reciclagens periódicas, sob a supervisão da Polícia Federal. Também pediu ajuda da parlamentar para que a proposta tramite depressa e seja votada logo na casa. Stela adiantou que vai procurar o autor do PL, deputado Adão Villaverde (PT), e a relatora da matéria na Comissão de Constituição

e Justiça (CCJ), deputada Manuela D’Ávila, onde o projeto começa a ser analisado quando à sua legalidade e constitucionalidade. A deputada acredita que, em 2017, há condições do projeto ser discutido e aprovado em cerca de três meses.

A liderança do Sindivigilantes foi convidada a participar de um encontro com as dirigentes de outros sindicatos, como o CPERS (professores), Semapi (funcionários de fundações e autarquias) e Sindiágua (Corsan), para discussão de temas como o assédio moral, sexual, discriminação e mercado de trabalho para as mulheres. A direção do Sindivigilantes continuará buscando novos apoios ao projeto entre os deputados e deputadas da Assembleia.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Comissão discute atrasos de empresas terceirizadas



delas aguardam receber dívidas ainda de 2014.

Para tentar encontrar uma solução, o deputado distrital Chico Vigilante (PT) vai realizar, na próxima quinta-feira (8), às 15 horas, uma comissão geral para debater com representantes das empresas, trabalhadores e o governo, os atrasos desses pagamentos.

Na época em que o deputado propôs o debate, os terceirizados e prestadores de serviço corriam o risco de não receberem pagamentos de dezembro e 13º salário. Depois da promessa do GDF de fazer os pagamentos em dia, Vigilante agora pede que sejam quitadas as dívidas dos anos anteriores.

“O governo prometeu que não atrasará o pagamento do fim do ano, mas as empresas reclamam por dívidas de anos anteriores. É necessário regularizar essa situação, porque, se não, será como tapar o sol com a peneira”, justifica Vigilante.

Os atrasos prejudicam principalmente vigilantes, trabalhadores da conservação, copeiras e merendeiras.

Fonte: Site Chico Vigilante

Comissão Geral discutirá atrasos de pagamentos das empresas terceirizadas.

Desde 2015, as empresas que prestam serviço ao governo do Distrito Federal estão atrasando, quase mensalmente, os salários e benefícios dos trabalhadores terceirizados. Tais companhias culpam o GDF, que não estaria fazendo o repasse do pagamento em dia. Muitas

Alerta: ‘PEC 55 vai desmantelar o SUS e agravar as desigualdades’



A saúde no Brasil após a aprovação e implementação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55 foi debatida hoje (8) por médicos sanitaristas, economistas e outros especialistas da área no Instituto de Estudos Avançados (IEE) da Universidade de São Paulo (USP). Em comum nas apresentações, a preocupação com os impactos do congelamento de investimentos federais ao Sistema Único de Saúde ao longo dos 20 anos de vigência da PEC.

O professor do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP Fernando Rugitsky defendeu mudanças no sistema tributário para o equilíbrio fiscal. “São mais eficazes que a PEC 55”, afirmou, lembrando estudo do Ipea que aponta uma receita de mais de R\$ 43 bilhões ao ano com a cobrança de 15% sobre lucros e dividendos recebidos por donos e acionistas de empresas. Com a isenção concedida em 1995, no início do primeiro mandato de FHC, grande parte do que ganham os ricos não é tributada.

Segundo Rugitsky, a proposta sugere um modelo de sociedade que tem no horizonte o retorno dos investimentos públicos para padrões da década de 1980. “A PEC pode até estabilizar a situação fiscal, mas no longo prazo vamos ter deixado para trás o que avançamos na redução das desigualdades sociais. Se congelar, as desigualdades vão se aprofundar”, destacou. “Economistas dizem que a saúde depende da estabilidade, mas é importante notar que depende da estabilidade político e social. Pode estabilizar a economia e desestabilizar a sociedade.”

Em seu artigo Para entender a PEC do teto de gastos, ele afirma que o congelamento tende a ser desastroso para a educação e para a saúde. Tanto que as manifestações dos estudantes, por meio de ocupações, mostram que não se deixaram ludibriar pelo discurso oficial.

Mortalidade infantil

Uma das faces da desigualdade é a mortalidade infantil. Um mapeamento da prefeitura de São Paulo aponta duas vezes mais mortes de crianças nos bairros da zona leste, mais pobres, do que em Pinheiros, de classe média alta, na zona oeste. “Qualquer pesquisa de opinião coloca corrupção e saúde entre os temas de maior importância no Brasil. A desigualdade, porém, aparece como problema de menor importância, ao contrário do que ocorre na maioria dos países”, lembrou o professor da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

e presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Gastão Wagner.

Por essa razão, ele defendeu mais democracia, com o fortalecimento da sociedade civil, com grupos de pressão por mais políticas sólidas de desenvolvimento social que priorizem as pessoas. “A total desconsideração pelo ser humano pode ser vista em cidades mais feias, sem áreas verdes, na segregação horrenda das favelas e comunidades das grandes cidades sem saneamento básico, o que seria resolvido com R\$ 15 bilhões, segundo estudos, o que são trocados. Temos tradição de desrespeito à população”, disse.

Wagner destacou ainda o direito à saúde, à cidade saudável e ao lazer para que a população tenha acesso ao direito universal à saúde. “O SUS tem feito esse papel apesar de suas limitações, por meio de políticas avançadas, por meio da integração das diferentes disciplinas nas várias abordagens, que resultam em menos medicalização, menos hospitalização e menos mortalidade.”

Para isso, segundo ele, o sistema tem inovado, com iniciativas como a integração de profissionais de educação física em equipes de saúde, que têm ajudado a melhorar a vida de pessoas com problema de coluna, por exemplo. “Já ouvi de muita gente que muito do que se faz no SUS é a mesma coisa que se faz em sistemas privados, para os mais ricos.”

A médica sanitarista e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Ligia Bahia defendeu a participação dos economistas em estudos e na defesa do SUS. “Precisamos que eles se metam na saúde. Não é possível que não falem em saúde, porque é de financiamento que mais falamos; é o maior problema.”

Ela voltou a criticar a isenção fiscal de gastos com a saúde, que considera vergonhosa, como uma das causas mais importantes dos problemas de caixa do SUS. “E nessa crise toda, o tema não chega às mesas de debates. O governo da Irlanda acabou recentemente com a dedução fiscal na saúde. Não se trata de ser de esquerda ou de direita. Na defesa pelo SUS precisamos da economia”, disse, externando seu repúdio pela proposta de reforma da Previdência, que deixará de fora militares e integrantes do Judiciário – “os coitadinhos”, segundo ela.

Fonte: RBA

Relator da reforma da Previdência apresenta parecer favorável em tempo recorde



Quando O relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata da reforma da Previdência, deputado Alceu Moreira (PMDB-RS) protocolou no fim da manhã desta quinta-feira (8) seu parecer pela admissibilidade da matéria. O documento foi preparado à jato, em apenas dois dias, desde a entrega pelo governo golpista à Câmara. A previsão é de que o relatório seja lido na Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara na próxima segunda-feira (12) e votado até quarta-feira (14).

Moreira tinha prometido que protocolaria seu parecer no último dia 7. Ele justificou, porém, que decidiu adiar o protocolo para analisar a mudança feita pelo governo na PEC para deixar militares e bombeiros de fora da reforma. O relator disse que a retirada não alterou seu parecer e que a mudança feita pelo governo é uma questão de mérito a ser debatida somente após aprovação da admissibilidade.

O presidente da CCJC, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), marcou uma sessão para 14 horas da próxima segunda-feira (12),

cujo item único da pauta será o relatório de Moreira. A previsão é de que o relator faça a leitura do parecer, mas que a votação só seja realizada na quarta-feira à tarde. Isso porque a oposição deve pedir vistas do relatório na segunda-feira, o que provoca adiamento da votação.

A votação da admissibilidade na CCJC é a primeira etapa de tramitação da PEC da Previdência no Congresso Nacional. Se aprovada, a proposta seguirá para Comissão Especial (CESP) que será criada e terá até 40 sessões para analisar o mérito da matéria. Somente após ser analisada nesse colegiado especial, a PEC poderá ser votada no plenário da Câmara em dois turnos. Será considerada aprovada se alcançar o voto da maioria absoluta (308 votos) em cada votação. Somente após, segue para o Senado Federal. A previsão é que a comissão especial seja instalada somente no início de 2017.

Fonte: Diap

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Leidiane Souza

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF